



O QUE SE FAZ COM A LINGUAGEM VERBAL?

Celestina Magnanti

Resumo: O objetivo do presente trabalho é apresentar, de forma sucinta, uma visão de como as diversas correntes linguísticas abordam a questão da linguagem verbal quanto a suas funções e sua influência no ensino da língua materna.

Abstract: The objective of the present work is to show, abridgedly, one point of view about how the different linguistic approaches study the question of the verbal language when we perspective its functions and influence on the modern language teaching.

Palavras-chave: Linguagem verbal, correntes linguísticas, funções da linguagem.

Aristóteles, na antiguidade clássica, dizia que os sons emitidos pela voz são os símbolos dos estados da alma. A análise clássica da linguagem lhe atribuía, como função, externalizar o pensamento. Temos aqui o que os estudiosos chamam de a teoria do pensamento – linguagem: a linguagem verbal tem a função de exteriorizar o pensamento. A linguagem é vista como tradução: manifestação sensível e externa da representação interna. Portanto temos, aqui, a função expressiva.

A crítica a esse modelo é que, se concebemos a linguagem como tal, somos levados a afirmações – correntes – de que as pessoas que não conseguem se expressar não pensam. Considera-se que, ao falar, o homem apenas expressa as idéias que não são geradas, mas eternas por residirem em nossa razão e em nossa inteligência antes da própria existência física do ser humano..

Essa concepção ilumina, basicamente, os estudos tradicionais sobre linguagem. A linguagem, assim como o conhecimento, são inatos. A relação professor/aluno é unilateral: pergunta/resposta. O discurso do professor é pré-elaborado. Todas as falas são programadas. O próprio currículo escolar, seus objetivos, sua nomenclatura, fazem claramente referência à necessidade de desenvolver “a expressão”. Isso se comprova tomando como exemplo uma idéia norteadora integrante do projeto político-pedagógico do curso de Pedagogia de uma Universidade, ao traçar o perfil do profissional (pedagogo) que quer formar e ao elencar os objetivos do curso: “Habilidade de expressão oral – a expressão oral é indiscutivelmente, um dos conhecimentos mais importantes para a atividade profissional do professor”. Confunde-se habilidade com conhecimento. Aqui não se está negando que essa habilidade seja importante. O que se quer mostrar é que pensar a linguagem dessa forma é uma atitude reducionista.

Em 1934, o psicólogo austríaco Karl Bühler propôs um modelo de forma triádica, apontando três fatores básicos para a linguagem: o destinador (mensagens de caráter expressivo), o destinatário (mensagens de caráter apelativo) e o contexto (mensagens de caráter comunicativo). A partir desses fatores básicos, formulou três funções para a linguagem verbal: função expressiva ou sintomática, centrada no destinador; função de sinal, centrada no destinatário; função de descrição ou representação, centrada no contexto. K. R. Popper acrescentou, a essas três, a função de discussão argumentada.

A teoria matemática da informação (inspiradora das teorias da informação e da comunicação) formulada por Weaver e Schannon trouxe um impulso decisivo à questão ao propor um modelo para a comunicação. Essas teorias veiculam uma concepção de linguagem como comunicação.

Schannon também exprimiu matematicamente a quantidade de informação transmitida por uma mensagem. Para ele, a medida de originalidade da mensagem é: a quantidade da informação é função de sua probabilidade. Quanto mais imprevisível for a mensagem, maior será a informação. A teoria da informação é aplicada hoje nas telecomunicações, na informática e na linguística.

Partindo do modelo das três funções de Schannon e Weaver, o linguísta russo Roman Jakobson ampliou para seis as funções da linguagem. Embora controverso, é um modelo de largo uso nos estudos das ciências da comunicação e informação, sendo abordado, também, em alguns livros didáticos, o que se justifica pela grande utilidade na análise e produção de textos.

Jakobson enfoca o perfil da mensagem, conforme a meta ou orientação dessa mesma mensagem em cada fator de comunicação, a saber: emissor, receptor, canal, código, referente, mensagem. Segundo Jakobson, as atribuições de sentido, as possibilidades de interpretação que se possam deduzir e observar na mensagem estão localizadas primeiramente na própria direção intencional do fator da comunicação, o qual determina o perfil da mensagem, sua função, a função de linguagem que marca aquela informação.

Chalhub (1989, p. 6) esquematiza as informações acima da seguinte forma:

Ênfase no fator determina Função da linguagem

Referente ----- referencial

Emissor ----- emotiva

Receptor ----- conativa

Canal ----- fática

Mensagem ----- poética

As seis funções ditas por Jakobson são apresentadas por Vanoye (1998) da seguinte forma:

a) função referencial, também chamada de denotativa, está centrada no referente. Tudo o que, na mensagem, remete aos referentes situacionais ou textuais concerne à função referencial;

b) função emotiva ou expressiva, centrada no destinador (ou emissor) da mensagem, exprime a atitude do emissor em relação ao conteúdo de sua mensagem e da situação;

c) função conativa, que se orienta para o destinatário. Tudo o que, na mensagem, remete diretamente ao destinatário dessa mensagem concerne à função conativa, cujas manifestações mais evidentes são os imperativos e os vocativos;

d) função fática, centrada no contato (físico ou psicológico); tudo o que numa mensagem, serve para estabelecer, manter ou cortar o contato (portanto a comunicação) concerne a essa função, que manifesta, essencialmente, a necessidade e o desejo de comunicar;

e) função poética, que se centra na própria mensagem. Ela coloca o lado palpável dos signos. Tudo o que, numa mensagem, suplementa o sentido da mensagem através do jogo de sua estrutura, de sua tonalidade, de seu ritmo, de sua sonoridade, concerne à função poética; e,

f) função metalingüística, centrada no código. Tudo o que, numa mensagem, serve para dar explicação ou precisar o código utilizado pelo destinador concerne a essa função. É uma linguagem que fala da própria linguagem.

Como se vê, o linguísta Jakobson caracterizou as seis funções da linguagem, cada uma delas estreitamente ligada a um dos seis elementos que compõem o ato de comunicação.

Os seguidores dessa teoria alertam que, numa mesma mensagem, várias funções podem ocorrer, uma vez que, atualizando concretamente possibilidades de uso do código, entrecruzam-se diferentes níveis de linguagem. As funções dialogam, não há mensagem solitária na sua marca...

Podemos afirmar que esses modelos veiculam uma concepção de linguagem que vê língua como código (conjunto de signos que se combinam segundo regras) capaz de transmitir ao receptor uma certa mensagem. A concepção comunicativa da linguagem (ligada ao movimento estruturalista) é vista com ressalvas por reduzir a comunicação humana a uma forma vazia e ritualizada. Auroux afirma que o principal defeito desse modelo "é o de pressupor que a linguagem humana possui a estrutura de um código e que há sempre mensagens preestabelecidas a codificar de modo perfeitamente definido a priori" (1998, p. 41).

Outra crítica a esse modelo encontramos em Furlanetto:

... função comunicativa corresponde a um arcabouço pobre, considerando a complexidade das relações humanas. Com efeito, os termos 'falante-emissor', 'ouvinte-receptor' pressupõem um papel ativo para o primeiro e passivo para o segundo (recepção/compreensão). Embora tal esquema corresponda a um aspecto real, é falho quando se pretende que represente o todo da comunicação. (1995, p. 2-3)

Consideramos, ainda, que a linguagem, na concepção comunicativa, é centrada na informatividade da mensagem, na funcionalidade e não no ato de linguagem. A preocupação é mostrar como "funciona a comunicação" e não a de estabelecer interações, de "ouvir" e "dar voz" ao outro.

Essas teorias influenciaram, na década de 70 e 80, o ensino da língua. Até o nome da disciplina Língua Portuguesa foi substituído por "Comunicação e Expressão". Os livros didáticos de 1o e 2o graus eram estruturados e ancorados nessa concepção (o que não quer dizer que hoje sejam diferentes). Basta ver e analisar, por exemplo o livro "Do texto ao texto", de Ulisses Infante (1998, p 213-291), que em oito capítulos trata das funções da linguagem, segundo Jakobson. Explicita a importância desse estudo por sua relação com o ato de produzir textos, por fornecer subsídios para analisar e incrementar as práticas da leitura e da redação.

Em alguns livros didáticos de 5a série do ensino fundamental, na parte destinada à "compreensão e interpretação" de textos, as questões são formuladas no sentido de identificar o emissor, o receptor, qual o código, a mensagem, qual o canal ou o meio utilizado para a transmissão dessa mensagem, se houve ruído, etc... A preocupação fundamental nesse tipo de ensino é a transmissão de conhecimentos.

Para superar as limitações e o reducionismo das concepções anteriores, quando o russo L. Vygotsky propõe a linguagem como ferramenta psicológica estruturante (função cognitiva – mediadora entre relações e categorias mentais abstratas e o mundo) e de ação social, seu conterrâneo Bakhtin lança as bases de uma nova concepção de linguagem: ela é uma forma de inter-ação, porque mais que possibilitar transmissão de informações e mensagens de um emissor a um receptor, a linguagem atua como um lugar de interação de interlocução humana. Através dela, o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria realizar a não ser falando; com ela, o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não pré-existiam à fala.

Agora a linguagem é vista como instrumento de interação social e formadora de conhecimento. Essa concepção supera a concepção da linguagem como sistema preestabelecido, estático, centrado no código, uma vez que Bakhtin afirma que a verdadeira substância da língua (...) não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas (...) mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações (1986: 109).

A enunciação deve ser compreendida como uma réplica do diálogo social, é a unidade base da língua; trata-se do discurso interior e exterior. Ela é de natureza social, portanto, ideológica, não existindo fora do contexto social. É o produto da interação de indivíduos socialmente organizados.

Nessa concepção, segundo Bakhtin, a linguagem verbal exerce uma função fundamental pelo fato de que "... toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada, tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte" (1986, p. 113)

As afirmações acima abrem espaço para mais uma formulação da concepção de linguagem inter-ação: o dialogismo, conceito chave na teoria de Bakhtin (1986), transcende ao sentido restrito (a comunicação verbal direta e em voz alta entre uma e outra pessoa). Dialogismo é toda comunicação verbal, qualquer que seja a forma. Do ponto de vista discursivo, não há enunciado desprovido de dimensão dialógica, pois qualquer enunciado sobre um objeto se relaciona com enunciados anteriores produzidos sobre este objeto. Por isso, todo discurso é fundamentalmente diálogo. Isso significa que os significados e sentidos são produzidos nas relações dialógicas, na mesma medida em que sujeitos e objetos no mundo se constituem como sujeitos e objetos do e no mesmo discurso.

Assim podemos avaliar a importância da relação entre sujeitos (dimensão constitutiva da linguagem), porque a palavra está, fundamentalmente, alienada ao outro – aquilo que procuro na palavra é a resposta do outro que me irá constituir

como sujeito – a minha pergunta fundamental ao outro diz respeito a onde, como e quando começarei a existir na sua resposta. Aparecem, aqui, duas funções da palavra intimamente ligadas: a mediação para o outro e a revelação do sujeito. Benveniste (1976) explica com propriedade essa relação: a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém que será a minha alocação em tu (o outro).

A influência da concepção interacional de linguagem no ensino da língua é lenta, uma vez que os professores que atuam hoje nas escolas públicas e privadas tiveram sua formação acadêmica embasada em linhas tradicionais e ou estruturalistas. Trabalhar a linguagem como processo de interação exige redefinição de papéis: o professor não pode ser visto como o agente exclusivo da informação e formação dos alunos, antes atuará como mediador. Seu papel é polemizar, discutir, ouvir as diversas vozes, desafiar. No processo de interação, as falas são imprevisíveis, elas constituem a essência do processo de ensino. Trabalhar nessa perspectiva é ver as interações verbais e sociais como espaço de construção de conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

1. AUROUX, Sylvain. A filosofia da linguagem. Trad. José Horta Nunes. São Paulo : Editora da UNICAMP, 1998.
2. BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. 2. ed. São Paulo : Hucitec / Petrópolis : Vozes, 1987.
3. BENVENISTE, Emile. Problemas de lingüística geral. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1976.
4. CHALHUB, Samira. Funções da linguagem. São Paulo: Ática, 1989.
5. FURLANETTO, Maria Marta. Linguagem e interação. 1995 (mimeo).
6. INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. São Paulo : Scipione, 1998.
7. VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. Trad. e Adaptação Clarisse Madureira Sabóia. 11. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1998.

topo 

